

KÁTIA SILENE COSTA VALDENILSON/ TÔNKYRE HÕNPRYRE AKRĀTIKATÊJÊ Histórias de Lutas e Resistências de uma Liderança Indígena

*KÁTIA SILENE COSTA VALDENILSON/
TÔNKYRE HÕNPRYRE AKRĀTIKATÊJÊ*

Stories of Struggles and Resistance of an Indigenous Leader

**Kátia Silene Costa Valdenilson/Tônkyre Hõnpryre Akrātikatêjê¹,
Sílvia Helena dos Santos Cardoso², Taís Beltrame dos Santos³,
Otávio Gigante Viana⁴ e Andrea Paola Fondevila Salcedo⁵**

Entrevistada

Kátia Silene Costa Valdenilson/Tônkyre Hõnpryre Akrātikatêjê

Entrevistadores

Sílvia Helena dos Santos Cardoso, Otávio Gigante Viana e Taís Beltrame dos Santos

Transcrição

Gabriela Droppa Trentin e Aline Lima Pereira, Bolsistas Projeto Confins da América do Sul.

Apresentação

Sílvia Helena dos Santos Cardoso e Taís Beltrame dos Santos.

Revisão

Sílvia Helena dos Santos Cardoso e Taís Beltrame dos Santos.

1 Kátia Silene Costa Valdenilson, conhecida como Tônkyre Hõnpryre Akrātikatêjê nome na língua indígena, é liderança indígena do povo Timbira, da etnia Akrātikatêjê. Sua trajetória é marcada pela luta em defesa dos territórios tradicionais, da educação intercultural e da valorização das cosmovisões indígenas. Reconhecida nacionalmente, Tônkyre atua no fortalecimento das mulheres indígenas em espaços decisórios e na preservação da língua e dos saberes ancestrais de seu povo. Sua voz firme e sensível se destaca como referência na resistência cultural e na construção de caminhos para o futuro dos povos indígenas no Brasil.

2 Pós-Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/FAURB/UFPel/2025-2026). Doutora em Artes (IA/UNICAMP/2011). Cientista Social/Antropóloga (USP/1990). Profa. Dra. Licenciatura em Artes Visuais/Faculdade de Artes Visuais/Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/UNIFESSPA.

3 Doutoranda em Arquitetura (PROPAR/UFRGS). Mestra em Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2021). Arquiteta e Urbanista (UFPel/2018). Licenciada em Artes Visuais (UFPel/2025).

4 Mestrando em Arquitetura e Urbanismo (UFPel). Arquiteto e Urbanista (UFPel/2017). Graduando em Artes Visuais - Licenciatura (UFPel).

5 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/FAURB/UFPel). Licenciatura em Geografia (UNPSJB/2024).



Kátia Silene Costa Valdenilson/Tônkyre Hõnpryre Akrātikatêjê, Liderança do Povo Indígena Akrātikatêjê, Cacica da Aldeia Akrātikatêjê na Terra Indígena Mãe Maria/TIMM em Bom Jesus do Tocantins, Sudeste do Pará, Amazônia Oriental, compartilha em sua entrevista uma trajetória de resistência e luta pela preservação do território, das águas e da cultura ancestral. Sua história revela a importância da água como fonte de vida e medicina, do manejo sustentável da floresta e os desafios enfrentados diante da expansão pública e privada na Amazônia desde os anos 1970. Educadora bilíngue e defensora da língua indígena, Tônkyre reforça o papel das mulheres como guardiãs das sementes, da memória, dos saberes da medicina ancestral e o poder das lideranças dentro e fora das terras indígenas. Em sua fala, Tônkyre mostra sua força e articula espiritualidade, identidade e política, mostrando que a luta indígena pela terra e pela natureza visa garantir um futuro coletivo não apenas para os povos originários, mas para todos que habitam o planeta.

Kátia Silene/ Tônkyre: Quando viemos para cá, todo mundo queria morar na beira do rio. Nós dividíamos a Terra Indígena Mãe Maria com os Xavante e os Karajá, como se fosse uma disputa de território. Nós, por exemplo, ocupávamos desde Tucuruí até a região de Marabá. Chegávamos até a Serra das Andorinhas. Mas, como essa serra ficava longe da margem do rio, desistimos de permanecer lá e optamos por ficar mais próximos das praias, junto à água. O grupo Sororó ficou de um lado e nós de outro. Nesse processo, muita gente morreu, foram muitos confrontos. O povo Xikrin ficou mais acima, do lado do rio Itacaiúnas. Toda a briga era por causa das margens de rio, porque todos queriam viver perto da água.

Foi assim também quando construímos essa aldeia. Escolhemos um lugar próximo ao rio Flexeira, que enche e chega a cobrir essa área aqui. Como não havia água, criamos esse lago, feito pelo meu irmão, justamente porque estamos acostumados a viver à beira d'água. Para nós, a água é vida, é tudo, é fundamental. Ela nos dá crescimento, fortalecimento, faz parte da nossa medicina. A água não é essencial apenas para nós, povos indígenas, mas para toda a humanidade.

A água é a fonte da vida. Ninguém vive sem ela. É por isso que hoje nós lutamos para proteger as nascentes. Aqui perto de nós existem 32 nascentes, e quando houve o incêndio, o fogo atingiu uma delas, que alimenta o açude. Ficamos muito preocupados e logo começamos a buscar um projeto de reflorestamento dessa nascente, porque,

Acerco Projeto Confins da América do Sul/Fotografia de Sílvia Helena Cardoso, novembro de 2024.

se ela seca, o rio também seca. E como ficam então os animais, que precisam dessa água para sobreviver?

Nós temos feito palestras com os fazendeiros, para que eles não joguem veneno e para que deixem a mata ciliar crescer. E está dando resultado. Se vocês forem lá, vão ver: a mata já começa a se recuperar, e eles não estão mais roçando até a beira do rio. Nós orientamos: pode roçar até perto, mas não na margem, para evitar erosão e desmatamento, que secam o rio Flexeira. Este ano, graças a esse esforço conjunto, o rio não chegou a secar.

Anossa estratégia tem sido o diálogo e a parceria. Não adianta confrontar os fazendeiros, porque isso gera conflito, guerra, morte. Quando conversamos com respeito, eles nos ouvem, e nós também ouvimos. Assim conseguimos avançar. Contudo, os moradores da região ainda caçam e invadem para pegar castanha, mas nós falamos para que não façam isso. Explicamos que podem pedir e em tempos adequados nós permitimos, porque conhecemos os ciclos da natureza. Agora, por exemplo, é tempo de reprodução dos animais, e logo começará a piracema. Então pedimos que não fechem mais os peixes com arpão, que não usem mais o bico doce no rio, porque isso envenena e traz doença, até câncer. Afeta não apenas eles, mas também nós, que consumimos esse peixe.

Silvia Helena dos Santos Cardoso: O que é o bico doce?

Kátia Silene/ Tõnkyre: É um veneno que eles usam para envenenar o peixe. O peixe morre, boia e eles pegam para vender no Morada Nova ou no Km 12. As pessoas compram e comem sem saber que é peixe envenenado. É a mesma coisa que acontece quando nós compramos carne lá fora: não sabemos se o boi estava doente, se a galinha estava doente. É muito ruim.

Por isso mesmo nós, povo Akrâtikatêjê dissemos: vamos criar o nosso próprio peixe, a nossa galinha, o nosso boi. Porque aí nós sabemos o que eles comem, sabemos como estão sendo criados. É esse o sentido dos nossos projetos. Também criamos o nosso porco. O nosso porco não fede como o da rua, porque ele come macaxeira, milho. Nós não damos leite nem soro, para não dar verme. Fazemos nossa própria ração e damos para eles. Quando comemos o porco, não tem aquele gosto, aquele cheiro forte. É diferente. O mesmo acontece com o nosso peixe do lago: ele tem um sabor diferente porque alimentamos com mandioca, milho, palmito, frutas. Tu cortas a macaxeira e joga, eles ficam fervilhando para comer. Assim, tudo que é sem agrotóxico, tudo que é do nosso jeito, faz viver muitos e muitos anos. Nós também pensamos no futuro, até onde vai chegar o nosso alimento, porque pensamos grande, pensamos em todos.

É isso que falamos também aos fazendeiros. Damos palestras, pensamos até em criar revistinhas para entregar a eles, com apoio das universidades, dos professores, dos alunos. Porque essa luta é de todos nós. É o mesmo que explicamos aqui entre os indígenas: não importa se tu é Xikrin, Sororó, Guajajara, Asurini (povos indígenas na Amazônia Oriental), a luta é a mesma. O que eu quero para mim, eu quero para vocês. A luta não é em vão.

Estamos lutando pelo DSEI (Unidade Descentralizada de Atenção à Saúde Indígena no Brasil). Uma fica em Marabá, para os Guajajara, Atikum e Guarani. Outro lá no Xikrin, só para os Kayapó Xikrin do Cateté. E um aqui na Terra Indígena Mãe Maria, só para os Gaviões (nome comum às diferentes culturas indígenas residentes na TIMM). Essa é a luta que estamos fazendo. E ainda disseram para mim: “Se vira, tu que é articulada, fala com o fazendeiro”. Eu já falei com ele, está marcado para o dia 19. Sorte minha que o Faleiro (Aírton Luiz Faleiro, Deputado Federal/PA) é meu amigo,

que é deputado federal.

Otávio Gigante Viana: Estão seguindo então ou esse caminho da política institucional, de encontrar quem está disposto a ouvir...

Kátia Silene/ Tõnkyre: É isso mesmo. Qual era a pergunta, bora ver, começar...

Otávio Gigante Viana: Você comentou que chegaram aqui por volta das décadas de 1960 e 1970. Mas antes desse período, como era a trajetória do povo até alcançar esta região? Que histórias vocês guardam desse tempo anterior?

Kátia Silene/ Tõnkyre: O meu povo andava para cá em busca de terra fértil, rica em alimento. Esta região era onde ficava o maior castanhal, aqui em Marabá. A minha avó (Rõnre Pahenti (1920/2025) ancestralizou alguns meses depois desta entrevista), que ainda está viva, hoje com cento e poucos anos, cento e dez, cento e doze, já sem lembrar de muitas coisas, contava que, quando ela veio a Marabá, havia apenas uma casinha. E era uma terra muito rica em castanha, cupuaçu, açai, mamuí, caju de janeiro. Também tinha muita ponta de flecha, muito material para fazer flecha e muito parati para artesanato.

O povo andava. E, para nós, todo lugar por onde passávamos era como se fosse o nosso território, porque, ao andar, estávamos também demarcando. O indígena é assim: “vamos para tal lugar” e a gente andava, ocupava. Nós caminhávamos por toda essa região, até a divisa com São Pedro da Água Branca. Para além dali já eram os Kyikatêjê e os maranhenses do povo Krikati.

Se nós passássemos da divisa, era guerra com os outros povos indígenas. Eles também vinham até a divisa e voltavam, porque sabiam que aquele lado era deles. Era como se houvesse uma linha invisível: de cá era Pará, de lá já era Maranhão. E se fôssemos mais para frente, encontrávamos os Karajá. Também havia confronto com eles. Por isso, o nosso povo andava muito, sempre se deslocando.

Quando chegou a década de 1970, com a abertura da Rodovia PA 70 tudo mudou. O Estado começou a explorar a nossa terra, dizendo que ela não era indígena, mas sim do governo. Nós, indígenas, afirmávamos que a terra era nossa, porque tínhamos chegado primeiro, quando não havia ninguém aqui. Mas o Estado não pensava assim. Para eles, nós éramos considerados um atraso. Diziam que atrapalhávamos, que impedíamos o desenvolvimento que eles queriam trazer.

E nós vivíamos só da terra, o meu povo. E foi aquela briga, aquela briga, e quando eu cresci, eu já tinha meus 7, 8 anos, eu já vi meu pai nessa luta. Então já acompanhava meu pai e meu pai já botava na minha cabeça que qualquer hora, daquela hora, ele estava morrendo. Que o pessoal ia matar ele, mas ele ia morrer em cima do território. Porque ele dizia que o território era a mãe dele. Era mãe terra, era mãe dele, e muito cedo nós fomos entendendo, porque os velhos mesmo diziam que a terra era mãe deles, que a terra era mãe, e que o fogo era o que aquecia eles, era o lençol, e a água era a vida, e tudo isso nós fomos aprendendo, que os animais eram como se fossem nós, também como sobrevivente que dependia da mesma floresta, da mesma comida, e que um protegia o outro, que existia o protetor dos animais, assim como tinham os nossos caciques e lideranças.

Nós já crescemos no meio dessa luta. Em 1975, a Eletronorte (Central Elétrica do Norte do Brasil S.A.) mandou o trator destruir a terra do meu povo. Foi quando a destruição aconteceu de verdade. Eu me lembro bem do dia em que o trator entrou. Todo mundo achou que era o fim do mundo, porque ninguém sabia o que era um trator. Primeiro, nós

ouvimos o barulho do motosserra. O pessoal dizia: “Vai lá ver que zoadá é essa, será que é onça?” Ninguém entendia que bicho fazia aquele som. Quando foram olhar, viram os trabalhadores abrindo o caminho, demarcando com pique e fazendo picada com facão e motosserra. Ainda não tinha trator, eram só motosserras abrindo caminho, abrindo clareira. Até que, quando os caminhos já estavam feitos, os indígenas foram ver de perto. Começaram a flechar os trabalhadores. Só que, quando eles voltaram, já trouxeram mais de dois tratores. E aí foi destruição: derrubaram a nossa aldeia, os indígenas correndo, caindo na água, fugindo para o mato. Uns foram embora para o povo Tembê, outros para o Mato Grosso, outros seguiram rumo a Belém, e outros vieram para cá.

Em 1975, o SPI/FUNAI (Serviço de Proteção aos Índios/Fundação Nacional do Índio) disse: “*Olha, eu vou pegar o que sobrou e vou jogar lá na Mãe Maria.*” E foi assim: colocaram o nosso povo em cima do caminhão, mandaram juntar o que restava. Minha avó saiu pegando umas tábuas, uns brasilites, porque a nossa casa, que nós tínhamos feito, era diferente, inspirada nos americanos. Era toda de tela, com assoalho alto, como uma laje de concreto.

Meu pai Payaré (Hõmpryre Rõnõre Jõnpiti) já era liderança quando eu cresci. Ele contava que tinha se tornado liderança ainda muito cedo, aos 10 anos. Houve uma guerra no mato, e o pai dele, ferido, morrendo ao pé de uma árvore, entregou-lhe o arco e a flecha e disse: “*A partir de hoje, você vai ser o cacique.*” Meu pai respondeu: “*Mas eu sou muito jovem, sou só uma criança.*” E ouviu: “*É assim mesmo que você vai aprender.*”

Então, desde os 10 anos, meu pai já era cacique. E ele dizia que eu também já era liderança desde os nove anos. Só que nunca me contou diretamente, porque dizia que me avisaria na hora certa; até lá, estava apenas me preparando. Eu, criança, achava que meu pai não gostava de mim, porque ele era muito rígido. Eu tinha hora para dormir, hora para brincar, hora para comer. Não comia qualquer coisa, era meu pai que me dava. Não podia se sentar em qualquer lugar. Foi um aprendizado muito duro. Até para beber água eu tinha hora. Se eu comesse, tinha que esperar meia hora para beber. Eu não entendia o porquê. Mas meu pai dizia: “*Você vai saber na hora certa.*”

Quando eu tinha 12 anos, meu pai me entregou para minha avó e disse: “Agora tu vais aprender por que é.” Era para eu ter resistência, aguentar fome e sede, porque vivíamos um momento de guerra. Tanto que, quando tentaram matar meu pai, o nosso povo já tinha vindo para cá, em 1975, mas ele dizia: “Eu não vou. Nós vamos ficar aqui. Se nós morrermos, nós vamos morrer aqui.”

Meu pai me dizia: “Eu não quero que tu morras. Eu quero que tu contes a história para o mundo inteiro.” E eu respondia: “Mas como, pai? Se o senhor vai morrer, se eu vir o senhor morrendo, eu vou morrer junto com o senhor.” E ele dizia: “Não pode deixar morrer tua mãe, teus irmãos. Mas tu contas a história. Conta como aconteceu e por quê. Porque tudo é por causa da terra.”

No dia em que tentaram matar meu pai, ele estava fazendo farinha, a uns 20 quilômetros dentro da mata, sem estrada, sem nada, sem energia, sem casa. Eu cortei palha de coco e de açaí, fiz uma casinha assim, no pé de uma árvore. Meu pai me orientava: “Deixa um pedaço de madeira rasgada no caminho para marcar. Pega peixe, assa para os teus irmãos e come. Vai aguentando. Quando der seis horas, dá comida para os teus irmãos e já bota eles para dormir. Não deixa teus irmãos chorarem. Não responde para ninguém. Não é para responder, não. Tu só respondes se tu conhecer quem é.”

E quando vi que já eram seis, sete horas, meu pai não chegou. Ele tinha dito: “*Se eu não chegar até sete, oito horas, é porque me mataram.*” Ele era perseguido para ser

morto e tomarem o resto da terra, a terra de Tucuruí, onde ficam as três torres.

O meu povo já tinha ido embora, mas nós continuamos resistindo até 1982. Nesse ano tentaram matar meu pai. Foi então que a FUNAI, que antes era SPI, nos buscou em Tucuruí, através do Krohokrenhum (Krohokrenhum Parkatêjê, conhecido por Capitão). Meu pai ficou seis meses no hospital. Eu, com apenas 9 ou 10 anos, já tinha que me virar para criar meus irmãos e sustentar minha mãe. Muito cedo comecei a trabalhar. Quando finalmente vim estudar, já tinha quase 11 anos. Tive que aprender tudo rápido. Meu pai dizia: “*Tu tens que aprender a se virar.*”

Eu saía pedindo comida e roupa para os meus irmãos. E quando cresci mais, aos 13 anos, fui pedir emprego. Mas antes falei com meu pai: “*Pai, eu queria aprender a ler.*” Ele me colocou numa escola particular, onde a professora ensinava apenas cinco alunos. O nome dela era Rosiana, nunca me esqueço. Eu dizia para ela: “*Professora, eu quero aprender a ler, fazer conta e conhecer dinheiro. Só isso.*” E aprendi muito rápido. Em uma semana já sabia ler. Pedi então para ela me ensinar sobre dinheiro. Ela me explicou, também em uma semana. E eu disse: “*Agora já posso trabalhar com dinheiro.*” Foi assim que fui pedir emprego num parque. O nome do parque era Nossa Senhora Aparecida. O parque era do Sr. Altaneira e da Dona Guiomar. Ela me perguntou: “*Minha filha, quantos anos tu tens?*” Eu disse: “*Tenho 13 anos.*” Ela perguntou: “*Tu conheces dinheiro?*” Eu respondi: “*Conheço.*” “*Tu sabes ler?*” Eu disse: “*Sei.*” Então ela falou: “*Bora fazer um teste.*”

Ela me deu um monte de bilhetes da bilheteria e foi me mostrando: colocava uma régua, dizia “*tira um ingresso desse, é tanto. Se alguém te dá isso, tu voltas aqui. Aqui está a máquina.*” Fiz o teste e passei. Ela me colocou na bilheteria. Eu entrava às quatro da tarde e saía às três e meia da manhã. O que sobrava no caixa era meu. Eu levava para casa e entregava para a minha mãe. Meu pai estava doente. Minha mãe usava o dinheiro para fazer compra, pagar energia, porque meu pai não sabia lidar com isso. Ele mal falava português. Mas foi ele quem decidiu me deixar estudar aos 11 anos. Ele dizia que eu não podia perder a minha cultura. Queria que eu soubesse a minha identidade, a história do meu povo. Dizia: “*Agora tu podes estudar, porque tu já sabes de onde tu vieste, quem é o teu povo, como é o teu nome.*”

Mesmo que o Estado tivesse renegado os nossos nomes, dizendo que nome indígena não era nome de gente, não era nome de cristão. Porque nós não éramos cristãos. O Estado não aceitou o nosso nome indígena. “*Eu nasci pela Funai*”. Tiveram que inventar nomes para nós. Inventaram o nome do meu pai e de todo o meu povo. O Zeca virou José Antônio, minha avó passou a ser Maria Tereza, meu pai virou Edivaldo Valdenilson. Assim foi com meus irmãos, com a minha mãe, com todos. O meu próprio nome foi inventado, porque o meu nome indígena é **Tõnkyre Hõnpyre Akrâtikatêjê**. O do meu pai era **Hõmpryre Rõnõre Jõnpiti**, mas ficou Edivaldo Valdenilson. Eles mudaram, porque não aceitavam os nossos nomes.

Nós nem sabíamos, naquela época, por que estavam destruindo a nossa terra. Só muitos anos depois descobrimos que era por causa dos Projetos Carajás, dos Grandes Carajás. Eles queriam energia, queriam abrir estrada para escoar os produtos, para passar o trem. Nós não sabíamos disso. Para eles, nós éramos um atraso, porque o projeto deles era desenvolvimento: gerar emprego, energia, fazer a cidade crescer, desmatar.

E hoje, onde era a nossa aldeia, de Tucuruí até Goianésia do Pará e Moju, tudo virou cidade. Mas tudo aquilo era nosso. Nós andávamos a pé de Tucuruí até a cabeceira do Moju. Encontrávamos esse pessoal e seguíamos até Jacundá, à pé, e voltávamos. Sempre deixando a terra descansar. Porque a terra precisava de tempo para se

regenerar: nascer mais castanha, mais fruta. Então íamos para outro lugar: *“Bora lá, aqui tem muita fruta, lá a caça já está se reproduzindo.”* E assim fazíamos, nesse rodízio da terra.

Mas nunca para desmatar. Porque há mais de 13 mil anos o indígena vem mostrando um modelo diferente de viver, que eu chamo de “capitalismo verde”. Foi assim que os povos indígenas seguraram esse território, com sabedoria, mantendo-o de pé, preservado.

E não é fácil, porque a nossa luta, desde quando eu me entendi por gente, eu já vi meu pai e meu povo lutando pela floresta, manter a floresta. E meu pai dizia, *“eu quero morrer pela minha terra”*. Então, meu pai, toraram a mão dele, tentaram torar o pescoço dele. Meu pai fingiu que estava morto, a mão dele caiu em cima dele, o sangue o lavou, e meu pai fingiu que estava morto. E os homens correram. Depois ele se levantou, a mão dele ficou pendurada só nessa pele. Meu pai morreu defeituoso. Então foi um sofrimento muito grande, muito grande mesmo que a gente, eu com meu irmão, eu completei meus 15 anos, meu irmão 14. Eu falei para ele, *“bora atrás do homem que quis matar meu pai, bora matar ele. Eu sei onde ele mora”*. Eu com meu irmão, tu acreditas? E nós nos preparamos, *“bora matar ele. Mata ele, joga e enterra ele”*. Meu pai escutou, eu com meu irmão planejando, ele falou, *“não faz isso não. Deixa que a justiça de Deus é maior. Eu já entreguei na mão do Senhor. Deus vai me dar uma resposta”*. Quando passou nem três meses, o homem morreu, deu uma doença na pele dele, que a doença comeu toda a pele dele. E ele morreu de doença de pele. E meu pai disse, *“eu entreguei na mão de Deus. Deus é o maior”*. E ele morreu muito novo com essa doença. E foram três homens que tentaram matar meu pai, mas eles falaram que foi a própria Eletronorte que tinha encomendado para matar meu pai, intimidar meu pai, para nós sairmos da montanha.

Otávio Gigante Viana: Deixa-me te perguntar: tu usaste a palavra ‘desenvolvimento’ duas vezes. O que essa palavra quer dizer para vocês?

Kátia Silene/ Tõnkyre: Para eles, desenvolvimento significava fazer a cidade crescer. Para nós, eles diziam que éramos atraso. Mas o que eles chamavam de desenvolvimento era, para o nosso povo, destruição. Destruição da nossa moradia, do nosso modo de vida. Porque nós não precisávamos desse desenvolvimento: nós já tínhamos riqueza, sempre fomos muito ricos — porque éramos os donos da floresta.

Nós sabíamos fazer o manejo, respeitar o tempo da piracema, das frutas, da reprodução dos animais. Entendíamos que cada fruto que Deus dá tem seu tempo certo. Quando chegava o tempo da fruta, sabíamos que era hora de não mexer na piracema, de não caçar, de deixar os animais se reproduzirem. Esse era o nosso equilíbrio. Mas o homem branco não conseguiu se adaptar, não soube viver nesse intercâmbio com a natureza.

Por isso, nós criamos nossos próprios norteadores de vida e de ensino, que também levamos para a escola: o tempo de plantar, o tempo de colher, a resistência, a memória e o Payaré.. Eu sou guerreira, sou Akrâtikatêjê, e trabalhamos para que nossas crianças cresçam entendendo isso. Dizemos para a professora: *“Professora, queremos que a senhora ensine nossos filhos a amar esse território e a respeitá-lo. Eles precisam entender sua identidade.”*

Para nós, cada indígena precisa conhecer o significado do seu nome e do grupo a que pertence. É o nome que fortalece. O nome indígena é uma ciência muito forte, porque nele está o sentido de origem, de pertencimento, de sabedoria. É como para vocês, que identificam as pessoas pelo sobrenome, pela família, pela classe social. Para nós

também é assim. Se ouvimos o nome, sabemos: “Essa é a família Parkatêjê. Aquela é a família do Payaré, dos Akrâtikatêjê. Toprãmre é do povo Krohokrenhum. O pessoal do Kuikuro é do povo Kyikatêjê.” Assim, identificamos de onde cada um vem.

Hoje nós mesmos, indígenas, nos perguntamos: *“Por que os Kyikatêjê não escreveram a própria história?”* Por que foi o meu tio Zé quem escreveu a história deles? E isso é uma contradição, porque os *Kyikatêjê* sempre foram muito fortes na língua e na cultura, custaram a aprender o português, e hoje ainda têm muitos falantes. Nós, Akrâtikatêjê temos apenas seis falantes e cinco que entendem. Os Parkatêjê têm seis falantes também. Já os Kyikatêjê ainda têm 35 falantes, mais dez que entendem, e outros dois ou três que aprenderam aqui.

Otávio Gigante Viana: Eu me esqueci a palavra que você me ensinou hoje de manhã, que quer dizer língua.

Kátia Silene/ Tõnkyre: Mpajàkwa é na nossa língua, é a nossa fala. Então, mpejti, a nossa língua é linda, rica e maravilhosa. Ela é cheia de gramática, tem vários significados. É uma fala com verbo, uma fala firme, completa, com tudo o que o português também tem. Uma única palavra nossa pode significar muitas coisas. Por isso eu digo que, hoje em dia, esse é o nosso trabalho: fortalecer a língua para os jovens.

Eu, por exemplo, sou professora bilíngue. Meu pai tinha um gravador manual — ele gravava a nossa fala, as canções, as histórias. Eu queria sempre brincar com o gravador, mas ele dizia: *“Ó, agora é hora de escutar a língua. Escutar e cantar.”* Eu ia ouvir e, quando queria brincar, ele dizia: *“Vai brincar um pouco, depois volta; não terminou o horário.”* Ele também me preparava de outras formas. Falava: *“Agora é hora de correr na praia para criar resistência. Agora é hora de mergulhar e ficar tanto tempo no fundo.”* Eu, criança, achava que meu pai não gostava de mim, pensava: *“Meu pai me odeia.”* Porque todo mundo comia da panela e eu tinha regras: ele dizia *“espera aí”* e só me dava a minha parte no momento certo. Eu perguntava para minha mãe: *“Por que meus irmãos comem tudo e eu não posso?”* Quase fugi uma vez, disse: *“Mãe, vou-me embora, porque meu pai não gosta de mim.”* Mas era disciplina com propósito. Meu pai me ensinava a trabalhar com ferramentas e armas de caça: *“Carrega esse cartucho, põe dez bagos, tanta pólvora”*, ele me fazia preparar cartuchos, medir, socar; dizia que eu tinha que sentir o “soco” da espingarda para aprender. Eu tinha medo: *“Pai, essa espingarda é grosso calibre, ela dá soco.”* Ele repetia: *“É para sentires o soco, para te fortalecer.”* Todo dia eu treinava: atirar com espingarda, esticar o arco, eu também sou arqueira. Tudo isso fazia parte de um aprendizado mais amplo: resistência física, disciplina, saber escutar a língua, guardar memória e estar preparada para cuidar da família e do território.

Meu dedo grosso e esse outro é fino, desde menina eu atiro flecha: estico o arco, pulo a corda, atiro na cor, atiro por cima, atiro com uma mão só. Recentemente fui campeã no Krijõhêre, na categoria de arqueiras mulheres — me deram R\$1.500 como incentivo cultural.

Meu pai me fazia treinar muito. Se eu errasse, eu tinha que colocar pelo menos três cartuchos ali dentro. Primeiro treino com espingarda, depois com rifle e por fim com revólver. Só depois eu entendi que tudo aquilo era forma de me proteger dos militares que estupravam mulheres indígenas. Um dia um homem tentou pegar meu peito e meu pai disse: *“É por isso que eu te treinei. Se ele te tentar abusar, tu matas, cai na água, foge e some.”* Eu disse: *“Então eu posso matar?”* Ele respondeu que sim, se for para salvar a tua vida. Aí eu entendi.

Aquele jejum que ele fazia: *“Tu vais comer agora às sete, e só de novo às três da tarde; aguenta a sede até as duas”*, era também um treino: aprender a aguentar fome e sede para, no caso de guerra, poder fugir e se esconder. Tudo isso foi um preparo. Nem só coisas boas, mas lições duras de resistência.

Otávio Gigante Viana: E esses quatro eixos da educação que tu mencionaste, que vocês ensinam aqui, têm relação com o tempo?

Kátia Silene/ Tônkrye: Com relação ao tempo, o nosso calendário aqui é um **calendário curricular**. Ele é redondo, não é quadrado. Nós não trabalhamos com “grade curricular”, porque grade é de prisioneiro, é estar aprisionado. Para nós, o currículo é a própria vida. É como numa corrida de bastão: um corre, passa para o outro, que passa para o outro, e assim seguimos.

Nós trabalhamos com o tempo e com o calendário, e o nosso calendário é circular. Primeiro preparamos a terra. Agora estamos no tempo de plantar — vocês mesmos puderam ver o povo plantando. Depois do tempo de plantar vem o **tempo do fruto**, que celebramos na **feira do milho**, o pôhyteti que significa “milho verde”. Nesse tempo, comemos apenas frutas e respeitamos o ciclo dos animais, que estão parindo e reproduzindo. Só voltamos a caçar quando os filhotes crescem e desmamam. Assim nunca vai acabar, nunca vai faltar.

Com os peixes é o mesmo. Nós não mexemos enquanto eles estão em reprodução. Sabemos esperar o tempo certo. Por exemplo, no lago podemos comer o tambaqui, porque ele não se reproduz lá. Mas o piau, quando está se reproduzindo, nós deixamos quieto, para aumentar e garantir que sempre haja peixe.

Porque o **Kupê**, o branco, a maioria pensam assim: *“Vamos comer tudo hoje, acabar e depois vemos.”* Nós não somos assim. Se eu quiser comer uma bacaba, eu vou ao mato, tiro, está cheio de bacaba. Se vocês andassem por aqui, veriam: há muita bacaba. Vai no açail, tem muito açail; tira só o que precisa para comer. Está fresquinho, está no ponto. É por isso que eu digo, como fala o Krenak: a floresta é o nosso supermercado verde, a nossa farmácia verde.

Tu vais lá, pega um remédio natural. Mas hoje em dia, muitos já não acreditam mais, inclusive jovens indígenas. Eu mesma fui curada pela mata. Quando perdi minha filha no parto, a mãe das gêmeas, entrei em depressão profunda. Meu corpo tremia todo. Passei três anos assim: tremia cabeça, perna; precisava que me carregassem. Fiquei três anos no fundo de uma rede, achando que não tinha mais jeito. Até o médico me despachou, dizendo: *“Não tem mais jeito.”*

Foi minha avó que disse: *“Eu vou te cuidar agora, com o remédio do mato.”* Ela me tratou com banhos, chás, remédios da floresta. E hoje estou aqui, viva. Bom, não é? Porque ninguém acreditava. Quando o médico disse que não tinha mais jeito, eu pensei em tirar minha vida. Mas minha avó disse: *“Tem jeito sim. Kupê não sabe de nada. Não foi nosso intuwa que disse que não tem mais jeito. Nosso intuwa disse que tem jeito.”* E assim foi. Não demorou um mês, eu me levantei, andei, peguei peso, voltei à vida normal. Foi o remédio do mato, não foi o da cidade. Por três anos eu tomei remédio, para bem dizer, errado, não é? Até atingiu meu fígado que ficou estendido.

Só de malária, eu peguei 14 vezes em Tukurui. Quatorze vezes. E agora o meu sangue desenvolveu o começo de leucemia. Precisei tomar sangue no hospital por seis meses, e ainda fizeram exame no líquido da coluna para ver se estava limpo, porque acabei pegando um tipo de câncer de tanto ter malária. O Nildivaldo Grande pegou 13 vezes e o Nenzinho também.

Eu vivia inchada. Nós só comíamos debaixo da mosquiteira, em Tukurui, por causa da barragem. Era muito mosquito. Nossa pele toda ficava cheia de feridas, o corpo inteiro tomado de picadas. Foi por causa da água parada, da madeira presa, das folhas apodrecendo e contaminando a água. A quantidade de mosquito era absurda. Eu sempre digo: nós somos sobreviventes de uma barragem. Porque o resto do nosso povo não aguentou, foi embora, de tanta malária.

Antes, não existiam tantas doenças. Mas quando veio a malária, veio também a doença. Junto vieram os migrantes, a droga, tantas coisas ruins. Foi nesse tempo que muitos do meu povo começaram a beber. Foi nessa época também que, depois de resistirmos até 1975, em 1982 viemos de vez, porque o Krohokrenhum mandou nos buscar, já que tinham tentado matar meu pai. Ele viu o meu sofrimento. Eu ainda era muito nova, tinha que pescar e vender peixe nas geleiras, vivia de pesca, de açai, de fazer farinha.

Eu digo que não tenho vergonha: já pedi comida, já usei roupa dos outros, já pedi comida em restaurante. Não me envergonho disso. Eu tinha 16 anos, já aqui na Aldeia Parkatêjê, quando fui trabalhar para o finado Raimundo, para a professora Luciléia e para o chefe de posto Batista. A professora Luciléia me deu emprego para limpar a casa dela. Eu sabia cozinhar, sabia limpar, sabia fazer crochê. Foi nessa época que aprendi a pintar, a fazer crochê para me virar.

Aprendi muito com os missionários, que ensinaram meu povo a falar português, a se vestir, a costurar. Eu aproveitei: aprendi a cozinhar, a costurar. Com 12, 13 anos, quando cheguei à Parkatêjê, falei para o Krohokrenhum: *“Quero trabalhar no ateliê, eu sei costurar.”* Passei a fazer roupa para os mais velhos que vinham aqui: costurava bermuda, camisa, tudo. Aprendi tudo na minha vida não porque quis, mas por necessidade.

Mas sempre tive um objetivo: desde cedo dizia a mim mesma que, quando crescesse, ia levantar o nome do meu povo, juntar o meu povo e abrir uma aldeia. Meu pai dizia: *“Tu não sabes o que tu falas.”* E eu respondia: *“Eu sei sim, pai. Eu sei o que quero para minha vida: vou levantar o nome do meu povo, vou abrir uma aldeia.”* Naquele tempo, eu me casei com o Ropre, que era cacique. Vivi seis anos com ele. Foi um casamento arranjado: minha avó dizia que, pela lei tradicional, ele era meu marido. Antigamente não havia escolha: tu tinhas que te casar com quem era escolhido para ti, de acordo com a cultura. Mas depois de seis anos, falei para o meu pai: *“Pai, eu quero me casar do meu gosto.”* Meu pai respondeu: *“Tu não podes, tu já tens marido.”* E eu disse: *“Posso sim, pai. Porque agora vivemos num mundo em que falamos português, aprendemos outras coisas, e eu quero viver a minha vida.”* Meu pai disse: *“Não, tu não vais.”* E eu disse: *“Vou sim, pai. Eu quero viver a minha vida.”* E foi onde eu troquei de marido, mas parece que foi o fim do mundo. Nunca tinha acontecido. Então, foi quebrada uma cultura.

Meu pai ficou muito envergonhado quando eu troquei de marido. Mas eu queria viver do meu gosto. Vivi 15 anos com o finado Irinaldo Krykpentí, irmão do Komaitere e filho do capitão Krohokrenhum. Com ele tive cinco filhos. Com o Ropre tive três: Komaitere, Takwyiti e Penpkoti, a mãe das gêmeas que morreu. Perdi uma filha e fiquei com dois. Então, com o Ropre ficou apenas um casal de filhos, ele que hoje é o cacique Ropre. E com o finado Irinaldo, os cinco filhos. Ele faleceu em 15 de junho de 2003. No mesmo ano, no final de 2003, eu abri uma associação. E, em 2007, fiz a abertura da aldeia aqui.

Naquele tempo, tudo isso era fazenda do João Queiroz. Lá do outro lado, vocês podem ver ainda os restos da fazenda. Na época, não era permitido desmatar. Falei para o Krohokrenhum, meu sogro: *“Eu vou abrir uma aldeia.”* Ele perguntou: *“Aonde?”*

Meu pai queria abrir em frente à Parkatêjê. Mas eu disse: “Não. Quero abrir lá no km 15, onde é a fazenda.” Ele respondeu: “Mas lá é fazenda, lá é ponto de invasão.” E era verdade: tudo aqui era gado, pasto, cerca. Se vocês andarem por aqui, ainda vão ver arame, sinais da fazenda. O João Queiroz dominou essa terra por 14 anos. E foi o meu pai que expulsou ele da fazenda. Chamou os indígenas, mataram 50 bois e botou eles para correr. E homologou essa terra. Nesse tempo, os indígenas eram muito bravos. E eu falei, “eu vou aproveitar”. O capitão disse, “tu vais morar onde?”. Eu digo, “eu vou fazer uma aldeia ali”. “Mas lá não presta, é fazenda, tem muito mosquito”. Eu digo, “mas eu vou tentar esperar a terra se regenerar”, que a floresta, ela se regenera, quando você não destrói. E vou ajudar a plantar também.

Quando nós mudamos para cá, trouxemos sementes: de manga, de murici, de outras frutas. Fui atrás, fui plantando. Nós planejamos: “Aqui não vamos abrir, vamos abrir ali. Vamos esperar, vamos cuidar.” Assim fomos fazendo. Eu mesma plantei aquele açaizal que vocês veem na frente: foram mil pés de açaí. Plantei também três mil pés de banana. Mas a Vale S.A. nunca quis nos reconhecer e até hoje não reconhece. Ela diz que são três povos, mas de fato só reconhece dois. Eu recebo apenas um emergencial e trabalho com isso. Hoje administro R\$120 mil, com os quais tenho que cuidar da saúde, do povo, do trabalho, dos projetos e da fazenda. Muita gente pergunta: “Mas como é que esse dinheiro rende para vocês?” E eu respondo: “Porque nós não vivemos de luxo. Nós vivemos de trabalho, esperando e buscando sempre autonomia. Queremos ser donos do nosso nariz, viver do nosso suor, sem depender de empresa.” A Vale S.A. sabe disso, mas eu não desisto. Continuo na luta. Nós estamos aguardando uma conversa para dialogar. Só que a Vale S. A. joga: “Por que vocês não entram na justiça?” Mas eu sei que, se entrar na justiça, vai demorar anos. É como se fosse uma isca, e eu me faço de peixe brabo, escapando do anzol. Eu digo: “Não, bora dialogar. Para que justiça? Tudo que vocês pedem eu faço, então bora conversar.”

Então, a doutora está intermediando essa conversa para que a Vale S. A. repasse o dinheiro para nós, para podermos terminar nossa casa e realizar alguns projetos que quero implantar. Um deles é o trabalho com mel: nós temos grandes apiários aqui e mais para dentro, e a ideia é exportar o mel para fora. Também quero trabalhar com a castanha, no tempo da safra. Eu ganhei uma fábrica da própria Vale S. A., que vai construir a estrutura com equipamentos para industrializar a castanha e exportá-la. Assim, quando chega a safra, posso vender o produto já industrializado. Faço parceria com o dono da máquina, que hoje está na Vila de Murumuru em Marabá.

Antigamente, a fábrica era aqui dentro, você ainda deve lembrar: era no mesmo lugar onde hoje funciona a sala de informática. Naquele tempo, eu trabalhava com 13 mulheres da rua, que eu pagava para selecionar castanha. Quando a fábrica voltar a funcionar, ela vai gerar emprego novamente, não só para indígenas, mas também para não indígenas, desde que sejam formados na área. A professora Suzenny Teixeira Recheche, do Instituto Federal do Pará/IFPA, me ajudou muito com isso. Ela entende de rotulagem e me orienta sobre o tempo de validade da castanha em vidro e em embalagem. Estou registrando a minha marca, porque quero que os produtos saiam daqui com a nossa identidade: o mel, a farinha, a castanha, o maracujá, o açaí. Por isso mesmo recebi também uma câmara fria, novinha, que vocês viram ali.

É para polpa e para filé de paca que eu quero me aprofundar. Tenho o sonho de montar um restaurante aqui dentro, pensando no turismo, onde a carne de paca seja valorizada, porque é uma carne muito boa, assim como a de veado e o peixe. Eu penso grande, sim. Depois de tanto sofrimento, o que eu quero é que tenhamos autonomia, que possamos agregar valor para as famílias, que cada família venha trabalhar e saiba de onde vem o dinheiro. Porque se o indígena só recebe dinheiro da Vale S. A. ele não vai querer se esforçar. Quando tu chamas: “Rapaz, vamos para a roça”, ele responde:

“Não vou nada. Se eu já tenho meu dinheiro todo mês, por que eu vou para a roça?”. E é isso que acontece. Hoje em dia muitos indígenas não querem investir em nada. Dizem: “Eu já tenho meu ganho, para que vou trabalhar na roça?”. Isso se escuta em outras aldeias.

Hoje já somos 33 aldeias, e de manhã me disseram que vai nascer a 34ª., mas tem aldeia que é só de duas famílias, ou até de uma só. Porque muitos estão pensando apenas em ostentar.

Não pensam em trabalhar, não pensam no futuro. E quando tu não pensas no futuro, não tem nenhuma programação na tua cabeça, não tem nada. A tua mente fica vazia. Porque, se tu pensas só no agora, no momento, é como pegar uma comida: “Eu vou comer hoje, acabou” e amanhã, vai comer o quê? É isso que eu ensino para os meus filhos. Dou exemplo: meu filho diz “Ah mãe, eu queria trocar meu carro.” Eu respondo: “Pois então trabalha, bora vender açaí, bora trabalhar com a castanha para ti trocar teu carro, para tu trocar o pneu, para tu saber de onde vem. Porque se eu te der, tu nunca vais saber quanto gasta com teu carro, o que precisa trocar. Tu tens que saber de onde vem.” E ele acaba concordando: “É verdade, mãe.” Outro dia meu menino falou: “Mãe, meu carro está ruim.” Eu disse: “Pois então acorda cedo, vai para a roça trabalhar, vende mandioca, para tu saber de onde vem. Porque se sair só do meu bolso, tu nunca vais valorizar o que tu tens.”

É isso que eu incentivo nos meus filhos: o valor do trabalho. Até com o Kupeprãmre foi assim: ele estava dormindo e eu disse: “Você vai se levantar, vai acompanhar a professora Silvia e o pessoal.” Ele reclamou: “Ah mãe, mas meu joelho está doendo.” Eu respondi: “Ontem não doeu, quando tu estavas na bola. Então levanta e vai acompanhar a professora Silvia.” “Está bom, entendi, entendi.” Pois então, se entendeu, você vai. E o outro também: “Você vai para a roça ajudar o seu irmão.”

Mas agora, outro dia, eles me chamaram: “Mãe, nós não queríamos ir para a roça porque hoje temos uma final.” Então fui conversar com meu irmão e disse: “Libera os meninos. Amanhã cedo, se eles não ganharem, vão trabalhar sem faltar na roça. Mas hoje eles têm que jogar para ganhar. Se vocês ganharem hoje, amanhã trabalham só até às 11 horas, não voltam de tarde. Mas se perderem, amanhã trabalham o dia todo.” Eles aceitaram: “Está bom, está bom. Vamos relaxar para ganhar.” É assim: um incentivo, uma troca. Eu nunca apoiei muito o futebol. Não havia campo aqui dentro. Mas meus filhos insistiam: “Mãe, precisamos de um campo, precisamos de lazer. Só trabalho não dá, também temos que brincar.” Foi com muita luta que aceitei, meu irmão também falou: “Deixa.” E eu deixei. Mas confesso que não queria, porque o futebol traz muitas influências para os jovens: bebida, vontade de sair, de ir para fora. Hoje muitos pais liberam os filhos, e já vieram até clubes aqui dentro: o Palmeiras e até o próprio Flamengo. O Flamengo veio atrás de mim querendo levar minhas gêmeas para morar no Rio de Janeiro, oferecendo escola e tudo. Eu disse: “Não, agora não. Está doido. Deus me livre. Primeiro elas têm que terminar os estudos delas. Eu vou pensar bem primeiro”.

Eu não estava preparada psicologicamente para liberar minhas filhas. E, além disso, elas são mulheres. Eu disse: “Vou esperar, deixá-las crescerem, para depois vermos como vai ser.” Disseram: “Não, mas queremos preparar elas aqui na Estação Vale S. A.” Eu respondi: “Vou pensar.” Mais tarde, o professor ligou dizendo: “Olha, as meninas estão perdendo aula. Elas precisam vir para o treino, precisam ganhar resistência, precisam ir para a academia, criar músculos.” Vixe Maria, era muita coisa. Então perguntei para as minhas meninas: “Vocês sabem o que querem para a vida de vocês?” E elas responderam: “Mãe, primeiro eu quero estudar. Quero estudar, quero ser alguém na vida.” Eu disse: “A melhor coisa que vocês podem ter é o conhecimento, porque ninguém pode roubar isso de vocês.” Sempre falo isso para meus filhos. Eu

mesma não tive oportunidade de estudar e me formar. No meu tempo, mulher não podia estudar. A FUNAI não deixava. Diziam que mulher só podia estudar até a quarta série. Eu parei em 1980. Só voltei em 1992, já com cinco filhos. Terminei meus estudos em 2003.

Em 2012, entrei na faculdade, porque tinha um sonho de estudar. Participei da seletiva de 2011 e consegui. Fui fazer faculdade porque queria ser antropóloga, para estudar o impacto sofrido pelo meu povo. Esse era o meu pensamento. Na universidade, fiz amizade com professores como a Simone e o João. Logo me convidaram: *“Quero que tu participes de uma mesa no Café Consciência.”* Eu fui. Depois outra: *“Amanhã quero que tu fales sobre mineração.”* No outro dia: *“Quero que tu fales sobre impacto.”* Eu dizia: *“Professora, estou analisando... Eu vim para estudar e ainda não sentei uma vez para estudar, porque só tenho dado palestra. Agora entendi que também sou professora.”* E ela me respondia: *“Minha filha, tu já sabes coisa demais.”* Eudisse: *“Mas professora, eu queria aprender mais. Então talvez esse não seja meu lugar.”* E ela respondeu: *“Não, não vai embora. Teu lugar também é aqui.”*

Silvia Helena dos Santos Cardoso: Foi na Federal do Pará, em Marabá?

Kátia Silene/ Tônkyre: Foi no Campus I. Eu falei: *“Rapaz, estou doida, é palestra num lugar, palestra em outro...”* E me disseram: *“Agora vamos te mandar para Brasília.”* E assim começou.

O Ayrton, da Universidade Estadual do Pará/UEPA, me viu e disse: *“Olha, Katia, vou te convidar para uma mesa comigo lá em Brasília.”* Fomos. Depois: *“Agora tu vais comigo para a Bahia.”* Depois para São Paulo, para o SESC. E foi indo.

Nessa caminhada, conheci o Sr. Santos, dono da FACIMED (Centro Universitário Unifacimed). Eu disse: *“Eu queria estudar.”* Ele perguntou: *“O quê?”* Eu respondi: *“Pedagogia. Agora eu quero mudar, quero pedagogia.”* Ele olhou para mim e disse: *“Minha filha, você já é professora.”* E eu falei: *“Pois então, me dê meu certificado.”* Ele me deu na hora. Juro.

Depois, falei para a UNIFESSPA: *“E vocês, estão fazendo o quê para me dar meu certificado? Porque eu vejo que vocês me chamam para falar de economia, eu vou. Falar de saúde, eu vou. De território, eu vou. Qualquer tema que vocês pedem, eu vou: economia, saúde, território. Vou para Fortaleza falar de saúde, vou para outro lugar falar de impacto. Eu sou mais do que professora, sou doutora, sou mestre, sou tudo.”*

Eles responderam: *“Ah, Katia, nós estamos pensando em te dar um Honoris Causa.”* E eu disse: *“Isso era para vocês terem feito há muito tempo. Não adianta querer me homenagear depois de morta, tem que ser em vida.”* Eles disseram: *“Vamos fazer primeiro para tua avó, e depois em seguida para ti.”*

Silvia Helena dos Santos Cardoso: Quem falou isso, Kátia?

Kátia Silene/ Tônkyre: O professor Jerônimo, o professor Otávio, a professora Lucélia, o professor Francisco, o professor Ribamar, a professora Sueli... muitos professores já falaram isso para mim. Todos reconhecem. Só que decidiram que primeiro fariam uma homenagem Honoris Causa para minha avó para depois não dizerem que foi só para a Kátia porque é cacique. Então, primeiro para ela, que já tem mais de cem anos, depois para mim, e assim abrir caminho para outros. Eu sempre digo: meu pai não estudou. Ele só foi até a quarta série. Mas era um mestre do conhecimento, da história. Entendia tudo de lei e de Bíblia. Não tinha pastor que

debatesse com ele e o derrubasse. Não tinha. Nem juiz. E meu pai escrevia 24 horas por dia. Vivia escrevendo.

Se tu visses a letra do meu pai... Eu tenho em casa livros escritos por ele. Eu digo que não chego nem aos pés do meu pai, mas afirmo: estou escrevendo a minha história. E digo sempre para os meus filhos: *“Escrevam as suas histórias. Takwyiti faz a tua história, porque não sou eu que vou escrever por ti. Cada um de vocês vai escolher seus caminhos e escrever a própria história.”*

E isso, para mim, é educação: o exemplo de vida. A gente se inspira em alguém e não tem vergonha disso. Eu me inspiro na professora Silvia, em outros professores, em cada um de vocês. É se espelhar em pessoas com bons currículos e trajetórias. É isso que faço na minha vida: me espelhar e, ao mesmo tempo, me apropriar do meu próprio conhecimento.

Sempre digo que entro e saio de qualquer lugar de cabeça erguida. Porque quando eu falo, falo com segurança e conhecimento. Eu conto a minha vivência, a minha vida. Não é mito, não é história inventada. É o que eu vivi, o que eu presenciei, o que eu estou vivendo.

E isso é muito diferente do indígena que está desaldeado. Muitos já não vivem a realidade da aldeia, então contam coisas que não experimentaram mais. A vida deles é outra. Muitos não querem dormir aqui sem ar-condicionado, não querem comer qualquer comida, só a deles. Acham que é a melhor. Mas nisso se prejudicam, porque adoecem mais. Porque a doença entrou quando houve a invasão, quando o capitalismo entrou nas comunidades.

Foi em 1986. Nesse ano entrou a primeira televisão na terra indígena, junto com a primeira geladeira. E quando chegou a energia, em 1986, nós passamos quatro dias sem dormir. Brincando de bola, correndo na aldeia, achando que era dia. Nós não entendíamos. Brincavam velhos, crianças, todo mundo. O pau torava e a gente corria, ria, se divertia. Até que a CELPA (Centrais Elétricas do Pará S. A.) veio dar palestra, dizendo que era preciso desligar a luz. Tinham nos ensinado a usar o padrão, mas nós não desligávamos nada. Dormíamos com a luz acesa e dizíamos: *“Meu Deus, não vai escurecer nunca?”* Porque não éramos acostumados. Nem com água gelada, nem com televisão.

Sabe o que o Krohokrenhum fazia? Colocava filme pornô para todo mundo assistir, mostrando como o branco fazia com a mulher dele. E nós ficávamos todos encabulados. Mas éramos obrigados a ver. Cinco horas da tarde, todos já tinham tomado banho e se sentavam nas esteiras: homens de um lado, mulheres de outro, jovens para um canto, moças para outro. Era tradição, era cultura: toda tarde reunir-se assim. E eram três povos juntos.

Hoje, porém, já são 33 aldeias. Mas não há mais união. O capitalismo trouxe desavença, inveja, barganha, divisão e doença. Hoje o povo sofre com diabetes, colesterol, pressão alta, ansiedade. E com isso vem a disputa: um querendo ser melhor que o outro. Muitos se autodenominam caciques. Mas acabou a regra da cultura, em que eram os mais velhos que escolhiam a liderança. Eu mesma fui escolhida pelo meu pai, pelo meu povo. Hoje não, basta dizer *“vou ser cacique, vou abrir uma aldeia”* e pronto. Isso já não é mais cultura.

Otávio Gigante Viana: Tu falaste nesse revezamento, do teu pai para ti, que tu estás passando para as próximas gerações, mas não é um revezamento de um graveto, é um revezamento que nem vocês fazem aqui, que tem um peso.

Kátia Silene/ Tônykyre: Isso tem um peso. Porque eu digo: um cacique que não tem nome, que não é reconhecido, para nós não é cacique. Hoje mesmo o Cacique Xikrin falou algo muito importante: *“Eu só reconheço um cacique na TI Mãe Maria, que é essa mulher, filha do Payaré. E do lado Xikrin, só eu, que represento 21 aldeias.”* Foi dito ali, na frente de todos. E todo mundo se levantou, fizeram uma homenagem para mim. Foi muito bonito. Minha filha até disse: *“Mãe, deu vontade de chorar.”*

Mas eu sei que não conquistei a confiança deles do dia para a noite. Foi com o tempo, com trabalho e mostrando confiança. Em todo lugar que me chamam, eu estou lá, no meio, participando, lutando. Porque a luta não é só minha. Tudo que eu consigo é em nome do povo. A escola pela qual luto não é para mim, é para todos. A sala de informática é para todos.

Quando os velhos querem comer peixe, eu dou para eles. Não dou para os jovens, mas para os velhos sim. Porque sei que foi graças a eles que hoje nós temos o território em pé e a cultura viva. Não foi pelos novos. Se fosse pelos novos, já não teríamos nada, porque muitos só pensam em acabar.

O que falta hoje são lideranças com nome, com voz, que mostrem a cara e o trabalho. E nós não temos. Os jovens pedem para capacitarmos novas lideranças. Mas eu sempre digo: no meu tempo não existia “capacitar”. O aprendizado era acompanhar, observar. Meu pai dizia: *“Me acompanha. Onde eu estiver, sinta um pouco afastada e fica me olhando.”* Assim era a nossa escola indígena. Não tinha escrita, não tinha gravador. Era escutar e depois fazer.

As crianças aprendem assim até hoje. Se veem alguém filmando, logo estão lá com uma lata, imitando. Se alguém puxa a corda, logo estão atrás, puxando também. Se alguém corre com a tora, eles correm também. Esse é o aprendizado.

Por isso a casa do indígena, o lugar de reunião, é circular. Porque o indígena não gosta de ficar um atrás do outro. Na roda, todos olham para todos, aprendem se vendo e se ouvindo. Já a escola do Estado é quadrada, coloca um atrás do outro, como é que assim se aprende?

E mesmo assim, é difícil o Estado aceitar a nossa escola tradicional. A UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará) construiu no modelo quadrado, mas a escola do Estado, que vai ser construída para nós, nós exigimos que seja circular. E ela está vindo no modelo circular, porque insistimos. Não foi fácil: o Estado resiste em aceitar nossa demanda. Mas estamos batalhando e a nossa matriz já está sendo aprovada pelo MEC, está lá no conselho.

Silvia Helena dos Santos Cardoso: Kátia, quem você está formando como liderança aqui?

Kátia Silene/ Tônykyre: Estou formando a minha filha Takwyiti, as duas gêmeas, minhas netas, preparando-as para serem lideranças. Eu confio muito nas mulheres, não desfazendo dos homens, mas confio mais nas mulheres, assim como meu pai e o Krohokrenhum também confiavam. Porque se eu digo para uma mulher: *“Esteja aqui às sete horas”*, ela chega às sete. Se digo meio-dia, ela chega ao meio-dia. Já os homens, se marco às sete, aparecem às nove, dez. Mas se for jogo de bola, para estarem às sete, chegam às seis. Então dá para ver a diferença de compromisso.

Nós, mulheres, somos responsáveis pela língua materna, pelas sementes, pela roça, pela organização da comunidade. Além disso, cuidamos do marido, dos filhos, damos conselho para a comunidade, para as noras, ensinamos. A nossa responsabilidade

é enorme. Temos que conhecer o tempo de plantar, de colher, guardar sementes, escolher onde e como guardar, se em garrafas pet, se nas cabaças. As cabaças, por exemplo, conservam as sementes de um ano para outro e ainda servem para levar água fresca para a roça. Também cabe a nós aprendermos os remédios tradicionais, ser benzedeiras, porque hoje em dia nem os homens querem mais ser pajé. Tem que surgir mulher pajé.

Já temos cinco mulheres cacias. Através de mim, vieram mais quatro. Mas ainda falta elas se firmarem, fazerem o nome delas, aparecerem mais. Porque se tu não falas, se tu não mostras tua cara, ninguém vai saber quem tu é, nem tua história. Como dizia meu pai, Payaré: *“Não quero meu povo como jacaré, calado, parado. Quero que meu povo siga o sol, o horizonte, sem olhar para trás. O que passou, passou. Se foi ruim, deixa para lá. Olha para frente.”*

É isso que eu tento fazer. Mas não é fácil. Eu passo por muitas barreiras e dificuldades. Às vezes choro em silêncio, escondido, porque não posso mostrar para o meu povo que estou chorando. Para eles, eu sou a mulher forte, a mulher de ferro, que não adocece, que não sente dor, que não tem sentimento. Para eles, eu não tenho problemas. Sou aquela que faz e desfaz casamento, que organiza reuniões, que une as pessoas, que resolve tudo.

Mas eu sinto. E quando a dor vem, eu me escondo para chorar. Às vezes minha filha percebe: *“Mãe, tu choraste?”* E eu respondo: *“Não, não chorei não.”* Mas só eu sei o que passo. E continuo mostrando que sou forte, porque todos dizem: *“Quando eu te vejo, sinto energia positiva. Mulher, tu és forte.”* Então eu oro: *“Ó Senhor, me dá força, me dá sabedoria.”*

Às vezes eu subo o nosso monte sagrado para pedir essa força. É um monte de renovação, de concentração, onde muita gente já foi curada e muitos sonhos realizados. Ele tem só 150 metros, mas é abençoado. Para subir, é preciso preparo: saber o que pedir, o que falar, não pode ir de qualquer jeito. Alguns jejuam um dia, outros três, meu irmão já jejuou 15 dias. Mas todos têm resposta. Eu mesma já vi com meus olhos muitas bênçãos acontecerem por causa das orações feitas ali.

Taís Beltrame dos Santos: E como tem sido essa ligação com essas outras forças? A gente, semana passada, estava em Brasília e várias pessoas me disseram que agora, com todas as mudanças climáticas, com esse desgaste da natureza, está difícil para os pajés fazerem os seus trabalhos, para as pessoas encontrarem a força que elas tinham antes da natureza.

Kátia Silene/ Tônykyre: É por isso que eu falo para ti: eu estou no grupo de pajés. Estou num grupo onde é só pajés. Mas se eu disser que eu já fui pajé, eu não fui. Até meus sete, dez anos, eu tive um preparo para ser pajé. Era para eu ser pajé. Mas meu pai não quis, porque é um caminho de muito sofrimento. Esse pedaço da minha história — o da pajelança — eu pulei.

Meus tios, todos eram pajés... Todos os pajés bons. Payaré dizia: *“Temos que ir embora daqui eles estão vindo atacar. Bora sair porque vai ter guerra.”* E nós fugíamos. Porque um pajé era bom e o outro era ainda melhor. Mas também havia o pajé do mal e o pajé do bem, assim como existe hoje nas macumbas: tem quem faz o bem e tem quem faz o mal. E é igual com pastor: tem pastor do bem, mas tem pastor que está lá vestido de ovelha, mas é lobo. Não é diferente na cultura indígena.

Hoje, com essas mudanças climáticas, nós já sabíamos. Eu falei ontem para a minha filha: *“Agora vai começar a chuva. Muita chuva, tempestade.”* Para nós, o inverno já

começou. Vimos pelos sinais dos animais, pelos pássaros. No tempo da seca, antes da pandemia, também recebemos avisos da natureza: fogo, pássaros, sinais de que viria uma grande seca e uma pandemia. Não sabíamos qual seria, mas veio.

Era para os velhos estarem aqui para contar, mas muitos já se foram. No final de semana, nós ainda nos reunimos: velhos e velhas jogando flecha, segurando a cultura. Eu jogo também, sou velha. E nesse dia apareceu um tipo de dinossauro muito grande para nós. E havia um buracão no mato. Estávamos na aldeia do Governo, jogando flecha. Um de nós demorou a voltar e disse: *“Eu vi um dinossauro. Não sei se é dinossauro ou dragão.”* Perguntamos: *“Que tamanho?”* Ele respondeu: *“Muito alto, quase da altura dos cocos.”* Nós não acreditamos. Ele disse: *“Vou levar vocês para ver.”*

Todo mundo pegou arco, pegou rifle, fomos juntos. Chegando lá, só havia um buraco — um buraco grande e escuro. Ele disse: *“Ele está aqui dentro.”* Minha avó, a finada Aikrekatati Mami, e outros falaram: *“Não mexe. É aviso. Vai acontecer algo grande, muito forte no nosso território. Vamos perder muita gente. É aviso.”* Todo mundo abaixou a cabeça. Paramos de jogar flecha. Duas horas depois, desmanchamos os arcos. Liguei para o meu filho, ele perguntou: *“Já mãe? Agora que é duas horas...”* Eu falei: *“Já paramos.”* No outro dia, apareceu no céu um anel. No céu. E apareceu de novo agora esses dias. Vocês viram? Vocês não observaram?

Semana retrasada apareceu de novo no céu: um anel grandão. Nós começamos a orar, a cantar, e minha avó mandou enterrar folhas verdes, dizendo que a quentura será muito grande. Muito quente, muito quente mesmo. E toda chuva que vem agora, vem acompanhada de tempestade. Então sabemos que vai ser um encontro muito forte entre calor e chuva, e precisamos nos preparar, porque depois de um inverno pesado virá uma seca ainda mais forte. Esse foi o aviso.

Cantamos três dias até o sinal do céu desaparecer. Nós acreditamos na nossa ciência, que é o aviso da natureza. E sempre pedimos que Deus desvie, que leve para outro lugar, que não deixe o pior acontecer aqui. Fizemos cânticos para o nosso Deus, e os velhos cantaram com força. A fé nos sustenta. Mas é muito difícil, porque quem tem um pouco da pajelança sente o peso da ligação com a natureza. Os avisos vêm não só da floresta, mas também dos sonhos. Acredito que os ancestrais trazem essa ligação até nós.

Por isso sempre oriento meus filhos, meu povo, meus irmãos. Quando sinto que algo não está bom, digo: *“Hoje vamos ficar quietos, vamos agir assim e assim”*. Porque as mudanças climáticas já estão trazendo muito fogo, muita seca. Antes das grandes queimadas, os sinais já tinham nos avisado.

Agora, no dia 11, durante a reunião, apareceu muita formiga. Sinal de que vem chuva, chuva forte. Então, quando pensamos que é verão, já é inverno. E o tempo das frutas também muda. Tudo é resposta da natureza para quem observa.

O meu pai dizia que o monte sagrado é lugar de concentração, de renovação de energia. É verdade. Quando a gente sobe lá, não é só o corpo que se fortalece, é o espírito. O monte é abençoado, e cada passo ali renova. É preciso se preparar antes de subir, saber o que pedir, o que falar. Não é lugar de qualquer jeito. Já vimos muitas curas e muitos sonhos se realizarem naquele monte.

E eu digo: a natureza rejuvenesce. Ela nos dá nova energia, novos pensamentos. O que move a fé somos nós. Aqui, nesse encontro, eu sinto energia positiva. E quando só há pensamentos positivos, tudo se conecta, tudo dá certo. Cada um de nós sai fortalecido. Nós somos uma família. O nosso sangue é de uma cor só. Mesmo que

eu seja indígena, todo mundo aqui tem sangue de indígena. Nós somos uma mistura. E enquanto o povo não entender isso, que ninguém é melhor do que ninguém, vai continuar errado. Somos diferentes apenas nos conhecimentos, mas todos somos capazes, inteligentes e dignos.

Eu digo: *“cada um tem uma missão”*. Deus não leva ninguém à toa. Só partimos quando cumprimos a nossa missão na Terra. A minha missão ainda não acabou. Antes de partir, quero resgatar o nome do meu povo. Porque já chegamos a dizer que a nossa cultura tinha acabado, que nunca mais falaríamos nossa língua. Mas hoje sou professora bilíngue. Eu tenho fé: antes de Deus me levar, vou cumprir essa missão. E cada um de vocês também tem a sua. Por isso agradeço a cada um que está aqui.

Que a força, a fé e a perseverança nos guiem.

A entrevista foi concedida para o Projeto Internacional de Pesquisa Caminhografias Urbanas nos Confins da América do Sul: criando pistas para políticas públicas com povos e comunidades tradicionais onde habitam a margem das cidades de Marabá/PA, Pelotas/RS e Comodoro Rivadavia/AR em Bom Jesus do Tocantins/Pará, Amazônia Oriental, quando pesquisadores de Marabá e Pelotas visitaram a Aldeia Akrātikatêjê em 13 de novembro de 2024 com o objetivo de conhecer a Trilha Ecológica, a aldeia e seus arredores, interagir com os moradores e, em especial, conversar com a Cacica Kátia Silene Costa Valdenilson/Tônkyre Hõnpyre Akrātikatêjê.